



S. R.

Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

★

Processo		Data
22/13.1BEPDL	Outros processos cautelares	21.02.2013
Intervenientes		
Requerente(s)	Sindicato Democrático dos Professores dos Açores	
Requerido(s)	Ministério da Educação e Ciência	

★

Anúncio

★

Faz-se saber, que nos autos de Providência Cautelar acima identificados, **são citados** o(s):

Contrainteressados:

Os candidatos ao concurso extraordinário com vista ao acesso à carreira docente, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 7/2013, de 17 de janeiro, **aberto com a publicação do Aviso n.º 1340-A/2013**, publicado no suplemento da 2.ª série do Diário da República n.º 19, de 28 de janeiro, pelo Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral da Administração Escolar, que possam ser afetados pela decisão cautelar,

para **intervir(em)**, querendo, nos autos acima indicados, e cuja intervenção poderá ser requerida até à conclusão dos autos ao juiz ou relator para decisão - art.º 117.º, n.ºs 3, 4 e 6 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Em substância, o objeto do pedido consiste no decretamento da providência requerida:

1 – ser suspensa a eficácia do Aviso n.º 1340-A/2013, que determinou a abertura do concurso ora impugnado, ou, da sua norma contida nos termos da qual só permite o acesso a esse concurso dos docentes dos quadros do Ministério da Educação e Ciência;

2 – ser decretada, subsidiariamente, a admissão provisória ao concurso externo extraordinário de seleção e recrutamento do pessoal docente nos estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundários, dos docentes dos quadros da Região Autónoma dos Açores,

tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial que se encontra nesta Secretaria, à disposição do(s) citando(s).

Mais fica(m) advertido(s) de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial - art.º 11.º, n.º1, do CPTA.

Prazos:

O(s) prazo(s) indicado(s) é(são) contínuo(s), **não se suspendendo durante as férias judiciais** e, terminando o prazo em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Notas:

1. A apresentação de oposição/intervenção, implica o pagamento de taxa de justiça autoliquidada. Sendo requerido nos Serviços de Segurança Social benefício de apoio judiciário na modalidade de nomeação de patrono, deverá o citando, juntar aos presentes autos, no prazo da contestação, documento comprovativo da apresentação do referido requerimento, para que o prazo em curso se interrompa até notificação da decisão do apoio judiciário.

2. As férias judiciais decorrem de 22 de dezembro a 3 de janeiro; de domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de julho a 31 de agosto.

★

Ponta Delgada, **21.02.2013**

O Juiz de Direito,


(Marco Moreira)

★

O Oficial de Justiça,


(Carlos Alberto Peixoto)